



GESTÃO FISCAL

Informativo

2º Quadrimestre de 2024



A Casa do Povo Pernambucano

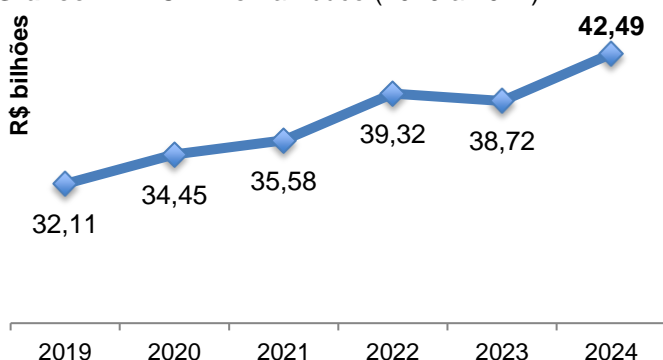
2º QUADRIMESTRE DE 2024

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (setembro/2023 a agosto/2024), da arrecadação tributária e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, tais como a dívida pública e os gastos com pessoal.

O resultado do 2º quadrimestre de 2024 foi de **R\$ 42,49 bilhões**, montante **9,7% acima** do registrado no mesmo período do ano anterior (descontada a inflação). Esse montante, além de superar a queda de 2023, representa o maior volume auferido desde 2019.

Gráfico 1 – RCL– Pernambuco (2019 a 2024)



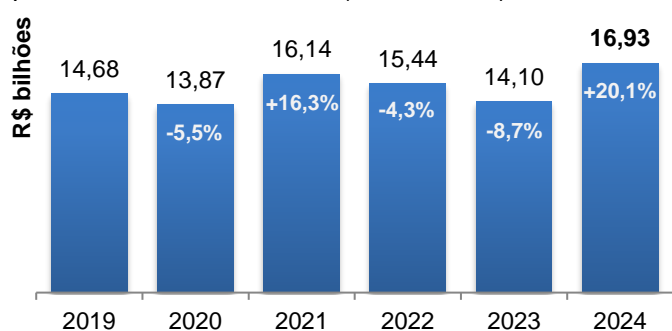
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

ICMS

O ICMS é a receita mais relevante entre aquelas que compõem a RCL. Entre janeiro e agosto de 2024, a arrecadação desse imposto alcançou **R\$ 16,93 bilhões**, o que representa um **aumento de 20,1%** em relação ao mesmo período de 2023.

Esse resultado, o maior desde 2019, reverteu a sequência das quedas verificadas nos dois anos anteriores e contribuiu para o crescimento da RCL observado nos últimos doze meses.

Gráfico 2 – ICMS arrecadado até o segundo quadrimestre - Pernambuco (2019 a 2024)



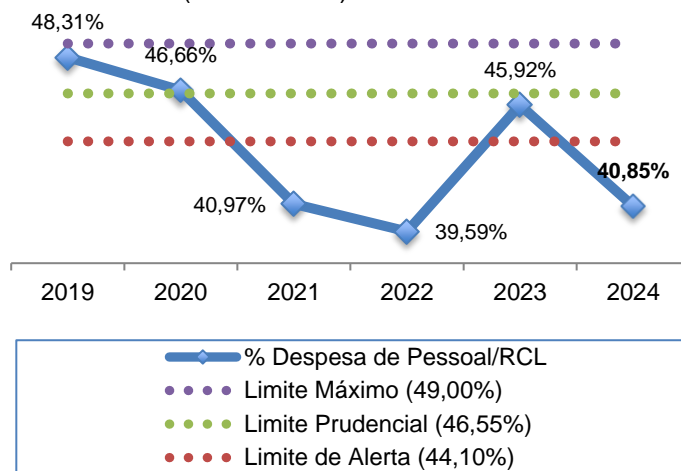
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA.

Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para a análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

Ao final do 2º quadrimestre de 2024, esse indicador do Poder Executivo ficou em **40,85% da RCL**, percentual que recoloca o ente abaixo do limite de alerta. Desde 2019, esse é o segundo menor patamar registrado.

Gráfico 3 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).

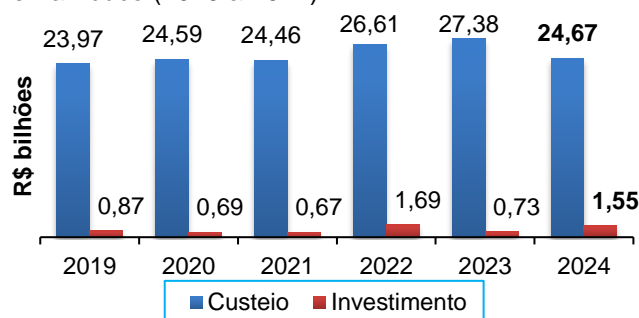
Custeio e Investimento

A relação entre custeio e investimento permite observar quanto o Estado é capaz de desembolsar com infraestrutura e, ao mesmo tempo, manter a administração pública em funcionamento.

O custeio compreende as despesas com pessoal e com outras despesas correntes (energia elétrica, material de expediente, etc.). Já os investimentos incluem tanto as obras quanto as inversões financeiras.

Os dados demonstram que, entre janeiro e agosto de 2024, enquanto as despesas de **custeio (R\$ 24,67 bilhões) caíram 9,9%**, os **investimentos (R\$ 1,55 bilhão) subiram 113,2%** em relação ao ano anterior.

Gráfico 4 – Despesas com custeio e com investimento – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).
*Dados atualizados pelo IPCA

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio de previdência estadual.

Com a reforma de 2019, Pernambuco passou a ter dois fundos previdenciários para seus servidores civis: o Funaprev (capitalização) e o Funafin (repartição simples). Nos dois primeiros quadrimestres de 2024, o **Funaprev**, em funcionamento desde agosto de 2020 e ainda com poucas despesas, alcançou o resultado **positivo de R\$ 144,90 milhões**. Já o **Funafin** registrou **déficit de R\$ 2,29 bilhões**.

Por sua vez, a **Seguridade Social Militar**, também criada pela reforma de 2019, foi **deficitária em R\$ 1,28 bilhão**. Esse déficit, por determinação da legislação nacional, deve ser coberto pelo Tesouro Estadual.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado do Regime Próprio de Previdência – Pernambuco de 2024

R\$ milhões			
Regime	Receitas	Despesas	Resultado
Funaprev	145,14	0,24	144,90
Funafin	1.837,75	4.123,84	-2.286,09
Proteção Social Militar	270,97	1.549,55	-1.278,58

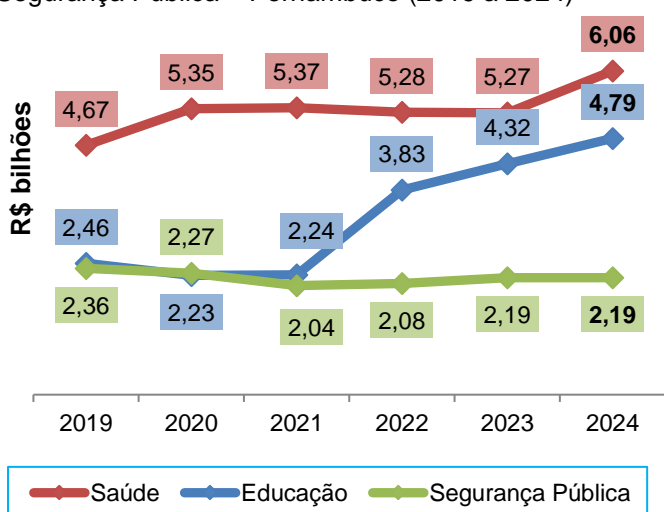
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre).

Despesas por Função

Segundo o último demonstrativo de despesas por função publicado pelo Poder Executivo, verifica-se que, dentre as principais áreas de atuação do estado, os gastos, até agosto, com **saúde (R\$ 6,06 bilhões)** e **educação (R\$ 4,79 bilhões)** apresentaram **crescimento** real, respectivamente, de **14,9%** e **11,0%** em relação ao mesmo intervalo de 2023. O resultado da educação foi influenciado pelo pagamento de 1,53 bilhão em precatórios do Fundef aos profissionais do magistério em março de 2024.

A **segurança pública** permaneceu estável com os mesmos **R\$ 2,19 bilhões** do ano passado.

Gráfico 5 – Despesas com Saúde, Educação e Segurança Pública – Pernambuco (2019 a 2024)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre). *Dados atualizados pelo IPCA

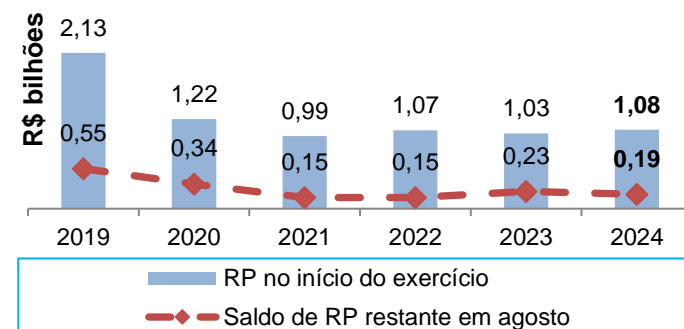
Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

O total de **restos a pagar** do estado de Pernambuco no início de 2024 era equivalente a **R\$ 1,08 bilhão**. Até agosto, já haviam sido pagos R\$ 868,81 milhões e cancelados outros R\$ 14,48 milhões, resultando em **R\$ 194,00 milhões** (R\$ 0,19 bilhão no gráfico abaixo) **pendentes de pagamento**.

Com isso, o **estoque** de restos a pagar, que começou o ano **5,0% acima** do de 2023, **caiu 16,9%** ao final de agosto em relação ao ano anterior.

Gráfico 6 – Restos a Pagar (2019 a 2024)



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (4º bimestre). *Dados atualizados pelo IPCA

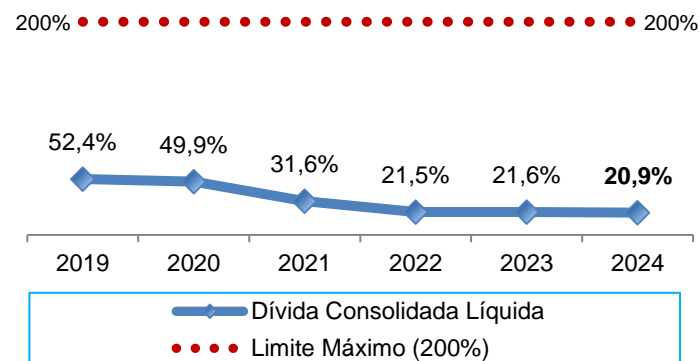
Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da RCL.

A **DCL** em agosto de 2024 foi de **R\$ 8,89 bilhões**, equivalente a **20,9%** da RCL, patamar menor do que o do mesmo intervalo do ano anterior e bem abaixo do limite máximo.

Gráfico 7 – Dívida Consolidada Líquida (2019 a 2024)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (2º quadrimestre).